

**Raphael Fernandes Vieira\***

## **O papel dos atores externos no Conflito das Malvinas**

### **Resumo**

A diplomacia sempre exerce um papel basilar em qualquer intento de resolução de disputas, sejam essas pacíficas ou não. É um meio essencial para se evitar a guerra, e não menos importante para contê-la, quando a mesma é deflagrada ou para permitir o retorno a um ambiente de paz. Também influencia no desenvolvimento do conflito, podendo levar a reviravoltas capazes de alterar o resultado final. No Conflito das Malvinas, os canais diplomáticos tiveram grande importância. Num primeiro momento, para tentar evitar o conflito armado, depois para a articulação de Argentina e Reino Unido. O campo diplomático foi tão fundamental quanto os campos de batalha na contribuição para o desfecho e gerou consequências que traçaram os caminhos da diplomacia argentina no período posterior ao cese de hostilidades.

**Palavras-chave:** Malvinas. Argentina. Reino Unido. Diplomacia. Guerra. Peru. Chile. Estados Unidos.

### **Resumen**

La diplomacia siempre ejerce un papel imprescindible en cualquier intento de resolución de disputas, sean pacíficas o no. Es un medio esencial para que se evite la guerra, y no menos importante para contenerla, cuando la misma es desencadenada o para permitir el regreso a un ambiente de paz. También influencia en el desarrollo del conflicto, pues puede conducir a transformaciones capaces de cambiar el resultado final. En el Conflicto de las Malvinas, los canales diplomáticos tuvieron gran importancia. En un primer momento, para intentar evitar el conflicto armado, después para la articulación de Argentina y Reino Unido. El campo diplomático fue tan fundamental cuanto los campos de batalla en la contribución para el desenlace y generó consecuencias que trazaron el camino de la diplomacia argentina en el período tras el cese de las hostilidades.

**Palabras-claves:** Malvinas. Argentina. Reino Unido. Diplomacia. Guerra. Perú. Chile. Estados Unidos.

### **Abstract**

Diplomacy always plays a key role in any attempt to settlement disputes, whether they are peaceful or not. It is an essential means to avoid conflict, and is not less important to contain it, when it is triggered or to allow a return to a peaceful environment. Also influences the development of the conflict, which may lead to breakthroughs able to change the outcome. In the Malvinas Conflict, diplomatic channels were of great importance. At first, to try to avoid the armed conflict, then to the coordination of Argentina and United Kingdom. The diplomatic field is as important as the battlefields in contributing to the outcome and generated consequences that traced the paths of Argentine diplomacy in the period after the cessation of hostilities.

---

\* Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH); pós-graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

**Keywords:** Malvinas. Argentina. United Kingdom. Diplomacy. War. Peru. Chile. United States.

## **Introdução**

Por meio de entrevistas e pesquisas em livros, artigos, jornais e revistas, este trabalho se propõe a relatar e analisar as relações entre Argentina, Reino Unido e Estados e Organismos Internacionais que de alguma forma se envolveram no conflito. A intenção principal é demonstrar a importância dos atores externos no desenvolvimento da contenda e as influências e consequências geradas sobre a política externa argentina. Já os objetivos específicos são analisar a política externa argentina a época; evidenciar a atuação e ajuda prestada por cada ator, bem como comparar suas ações reais com as posições adotadas oficialmente; e avaliar as relações da Argentina com cada um desses atores no pós-guerra.

Acredita-se que, caso a Argentina fosse capaz de criar uma cooperação mais eficiente com outros países para contornar os embargos impostos pelo Reino Unido e seus aliados, poderia ter chegado a uma condição menos desfavorável para enfrentar a potência europeia. Quanto à política externa, crê-se que a busca de ajuda foi fundamental para que o país sul americano fortalecesse os laços com seus vizinhos em geral e ampliasse seu escopo de contatos diplomáticos pelo mundo. Contudo, os acontecimentos durante os meses de conflito não foram suficientes para que essas linhas de comunicação fossem mantidas como se esperava, e a Argentina acabou por retornar à esfera de influência estadunidense.

Este estudo faz-se necessário, pois a diplomacia é essencial em tempos de guerra, tanto para o respaldo internacional e interno de um ator, quanto para que seja capaz de manter a capacidade combativa para chegar ao seu objetivo final. No caso específico do Conflito das Malvinas, os meios diplomáticos foram fundamentais para que o Reino Unido impedisse que a Argentina reforçasse seus arsenais de maneira adequada.

## **Histórico**

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a República Argentina, por diversas vezes, alterou significativamente sua orientação diplomática, conforme as crenças, valores e interesses de seus governos. Em um cenário bipolar, marcado pela disputa hegemônica entre o bloco capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA), e o socialista, encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), alguns Estados passaram a buscar adotar uma postura independente, que lhes permitisse liberdade para dialogar com ambos os lados, conforme suas necessidades, interesses e objetivos, contudo sem se submeter totalmente à influência de nenhuma das superpotências (SAAVEDRA, 2000).

Os movimentos de libertação nacional e anti-imperialistas ganharam força no pós-guerra. Assim, países da periferia do sistema internacional, em sua maioria recém-independentes, procuravam reafirmar sua soberania e se reuniram na Conferência de Bandung, Indonésia, em 1955, quando foi criado o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA).

Ainda que não tenha sido parte do Movimento dos Não Alinhados no princípio, a Argentina trilhou um caminho semelhante durante os dois primeiros governos de Juan

Domingo Perón. Foi entre o fim dos anos quarenta e na primeira metade da década de cinquenta, que o Peronismo formulou a ideia da *Terceira Posição*, que consistia exatamente em colocar a nação e o povo argentino acima de qualquer moral ou dogma ideológicos (SAAVEDRA, 2000).

Perón foi deposto em 1955, após o triunfo de um movimento militar, conhecido como Revolução Libertadora. A partir daí a Argentina alternaria momentos de uma política externa independente, como no governo de Arturo Umberto Illia (1963-1966), com outros de maior alinhamento ao bloco ocidental e, conseqüentemente, aos Estados Unidos, tal qual durante os governos militares (SAAVEDRA, 2000).

Em 1973, com a vitória de Héctor Cámpora e Solano Lima nas eleições presidenciais, os peronistas retornaram ao poder depois de quase vinte anos. Foi quando a Argentina aderiu ao Movimento dos Países Não Alinhados. Cámpora logo renunciou para que Juan Perón, que havia retornado do exílio, pudesse concorrer à presidência. Perón venceu, porém veio a falecer no ano seguinte. Sua segunda esposa e vice-presidente, María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita, assumiu o cargo, sendo deposta por um golpe cívico-militar em 24 de março de 1976. Após o retorno dos militares, a Argentina se alinhou completamente aos Estados Unidos. Essa situação só se alteraria em 1982.

Um ponto da política externa Argentina que nunca se alterou, independente da orientação adotada, é a constante reivindicação de soberania das ilhas Malvinas, Gérgia do Sul e Sandwich do Sul, além da Antártida Argentina. As Malvinas, achadas no século 16, sempre foram motivo de controvérsia. Até hoje não há certeza sobre qual navegador europeu e país representado pelo mesmo, avistou primeiro o arquipélago. O feito é disputado por espanhóis, franceses, holandeses e britânicos. O certo é que o primeiro povoado ali estabelecido era francês, Port Saint Louis, em 1764, logo entregue à Espanha – quando passou a se chamar Puerto Soledad –, devido ao Tratado de Tordesilhas (1494), ao Tratado de Utrecht (1713) e à aliança entre os espanhóis e a França. Em 1765 a Grã Bretanha fundou Port Egmont, mas também não tardaram a ceder aos reclames da coroa espanhola (GIBRAN, 2008; HASTINGS, JENKINS, 1984).

O arquipélago foi mantido sob controle do país ibérico até que a Argentina se tornasse independente, em 1816, herdando o território. Os argentinos o administraram até 1833 – sendo que a partir dos anos mil oitocentos e vinte estabeleceram uma ocupação efetiva – quando dois navios da Marinha Real britânica desembarcaram tropas e expulsaram as forças argentinas e seus representantes legais. Antes disso, em 1831, o assentamento de Puerto Soledad havia sido bombardeado por uma canhoneira estadunidense, em retaliação ao apresamento de barcos de pesca baleeira dos EUA, que transitavam e caçavam ilegalmente no entorno das ilhas (GIBRAN, 2008; HASTINGS, JENKINS, 1984).

Desde então, a República Argentina nunca deixou de contestar a agressão britânica e a ocupação ilegal de seu território, que foi ampliada com a tomada pela Grã Bretanha das ilhas Gérgia do Sul e Sandwich do Sul no início do século 20. Ilhas essas que, assim como as Malvinas, são prolongamentos da plataforma continental do país sul americano. Ao longo dos anos, o governo argentino tem feito uso dos fóruns internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Assembleia Geral e do Comitê de Descolonização. Houve também conversas bilaterais com o Reino Unido, que apesar de render frutos em alguns momentos, não prosperaram

o suficiente para que a questão fosse solucionada. Muito em função da forte oposição dos ilhéus e de parte dos partidos políticos e do corpo diplomático britânico.

Entre uma dessas idas e vindas, após mais uma rodada de negociações frustradas para a Argentina, a ditadura militar decidiu pegar em armas para recuperar as ilhas. No dia 2 de abril de 1982, soldados da *Infanteria de Marina*, dos *Buzos Tácticos* e alguns elementos do Exército Argentino desembarcaram nos arredores de Port Stanley/Puerto Argentino, dando início ao Conflito das Malvinas.

É importante recordar que tanto o governo militar argentino, quanto o governo britânico, se encontravam em situações delicadas. Os militares enfrentavam graves denúncias de violações dos direitos humanos no cenário internacional, havia uma grave crise econômica e grande insatisfação popular. No Reino Unido, os conservadores sofriam com os ataques de grupos como o Exército Republicano Irlandês Provisório (PIRA – *Provisional Irish Republican Army*) e o Exército Irlandês de Libertação Nacional (INLA – *Irish National Liberation Army*), a economia também estava mal, havia greves na indústria e a aprovação do governo era baixa. Ambos os lados viam no conflito uma oportunidade para melhorar sua imagem e recuperar a confiança e o apoio da população.

O Reino Unido, apoiado principalmente pelos Estados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da então Comunidade Econômica Europeia (CEE) – hoje União Européia (UE) -, procurou de todas as formas dificultar a aquisição de armamentos e suprimentos por parte da Argentina, convencendo seus aliados a impor um embargo armamentício ao país platino. Dessa forma, os sul-americanos foram obrigados a recorrer a fontes alternativas, muitas vezes contrariando as crenças e a ideologia da ditadura militar.

### **A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**

A postura dos países latino-americanos perante o conflito das Malvinas teve poucos desvios. Praticamente todos se posicionaram a favor da causa argentina e, mesmo aqueles que não o fizeram, adotaram a neutralidade, com exceção do Chile, caso que será tratado mais a frente.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi criado em 1947, como um mecanismo para a defesa mútua dos países do continente americano e para preservar a região sob a influência estadunidense, devido ao estabelecimento da ordem bipolar ao fim da Segunda Guerra Mundial (MORALES DE NAVA, 2012). A essência do TIAR está na seguinte parte de seu terceiro artigo:

“As Altas Partes Contratantes concordam que um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que reconhece o

Artigo 51 da Carta das Nações Unidas”. (MORALES DE NAVA, 2012: 18, tradução nossa)\*.

É exatamente este ponto que gerou divergências entre os membros do Tratado, quando do conflito das Malvinas. Os países que davam suporte à Argentina argumentavam que o que configurava a agressão era a ocupação das Malvinas por forças britânicas, já que consideravam o arquipélago território argentino, enquanto aqueles que se abstiveram e se posicionaram contra, alegavam que o TIAR não poderia ser acionado, pois a Argentina era o ator que tinha cometido o ato de agressão, não o Reino Unido. É importante deixar claro que nem todos os Estados que adotaram uma posição de neutralidade ou oposta aos interesses argentinos no conflito agiam da mesma maneira no plano geral. A Colômbia, por exemplo, apesar de ter optado pela abstenção durante a votação da resolução que apoiava a ação argentina e exortava os britânicos a não responder militarmente, não deixou de reconhecer os direitos argentinos sobre as ilhas, como pode ser visto na declaração subsequente (MORALES DE NAVA, 2012):

“Deve-se recordar que a posição colombiana foi e continua sendo a de apoiar as reivindicações da Argentina a respeito (das Malvinas). Entretanto, o argumento colombiano (...) foi que o TIAR só poderia ser invocado frente a uma agressão exterior ao continente americano, e que o Reino Unido não tinha a qualidade de agressor na medida em que apenas estava respondendo a atividade militar praticada pela Argentina” (Partido Liberal Colombiano) (MORALES DE NAVA, 2012: 22, tradução nossa)\*.

A votação da resolução citada no parágrafo anterior ocorreu em 27 de abril de 1982. Além de dar respaldo à Argentina, condenava os membros da então Comunidade Econômica Europeia e os outros Estados que haviam adotado medidas políticas e econômicas contra o Estado argentino, alegando que estavam contra o que estabelecia a Carta da ONU, a OEA e o GATT. A resolução foi aprovada com 17 votos a favor\* e 4 abstenções\*, no entanto para o TIAR ser acionado, é necessária a aprovação unânime (MORALES DE NAVA, 2012).

---

† “Las Altas Partes Contratantes convienen en que un ataque armado por parte de cualquier Estado contra un Estado Americano, será considerado como un ataque contra todos los Estados Americanos, y en consecuencia, cada una de dichas Partes Contratantes se compromete a ayudar a hacer frente al ataque, en ejercicio del derecho inmanente de legítima defensa individual o colectiva que reconoce el Artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas”.

† “Debe recordarse que la posición colombiana fue y sigue siendo la de apoyar las reivindicaciones de Argentina al respecto. Sin embargo, el argumento colombiano (...) fue que el TIAR sólo podía invocarse frente a una agresión exterior al continente americano, y que el Reino Unido no tenía la calidad de agresor en la medida en que sólo estaba respondiendo a la actividad militar desarrollada por Argentina” (Partido Liberal Colombiano).

† Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (MORALES DE NAVA, 2012).

† Chile, Colômbia, Estados Unidos e Trinidad y Tobago (MORALES DE NAVA, 2012).

Com a evolução do conflito a Argentina recebeu ajuda diplomática e material de diversos países latino-americanos, sendo os principais o Peru e o Brasil, que serão tratados mais à frente. A Bolívia mantinha boas relações com a Argentina a um longo prazo e, assim como no caso peruano, a rivalidade comum com o Chile acercou ainda mais os dois países. Conforme correspondência diplomática da embaixada brasileira em Buenos Aires datada de 24 de abril de 1978, autoridades bolivianas e argentinas ratificaram um compromisso de apoio mútuo à “defesa de suas respectivas integridades territoriais”, ressaltando a reivindicação da Bolívia quanto a um acesso ao oceano Pacífico e o reclame argentino de soberania sobre as Malvinas.

Em telegrama da embaixada brasileira em Bogotá retransmitido pela embaixada brasileira em Londres, pode-se observar a grande preocupação do governo colombiano quando da ação argentina no dia 2 de abril, ao apelar pela solução diplomática da questão e demonstrar temor de que a situação viesse a ameaçar o clima de paz que reinava na América do Sul. Isso foi corroborado pela abstenção colombiana na votação para o acionamento do TIAR. Outro motivo para tal posição era o receio da Colômbia de que a Nicarágua pudesse agir de forma semelhante para tornar reais suas pretensões sobre o arquipélago de San Andrés e ilhas circundantes.

A Venezuela, conforme relatado em correspondência diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, do dia 5 de abril, defendia uma saída pacífica para a crise e ressaltava suas boas relações tanto com a Argentina, quanto com a Grã-Bretanha. Contudo, também frisava que era favorável à luta anticolonialista e, em um espírito latino-americanista, reconhecia e defendia os direitos argentinos sobre as Malvinas e demais ilhas do Atlântico Sul reivindicadas. O chanceler venezuelano, José Alberto Zambrano, deixou claro que em caso de uma confrontação entre as duas partes, a Venezuela se veria obrigada a cumprir com seus compromissos estabelecidos pelo TIAR e se posicionar ao lado da Argentina. Isso foi comprovado no decorrer do conflito, quando os britânicos solicitaram permissão para entrar em porto venezuelano com um de seus porta-aviões, o *HMS Invincible* - para reparos de danos supostamente causados por um ataque aéreo argentino, ainda que o Reino Unido nunca tenha reconhecido o ocorrido oficialmente -, a mesma foi negada pelas autoridades venezuelanas.

O Panamá, além de votar a favor do acionamento do TIAR, foi o único Estado membro do Conselho de Segurança da ONU a votar contra a aprovação da Resolução 502. Igualmente, pressionou os Estados Unidos para que não fosse permitida a passagem de embarcações britânicas pelo Canal do Panamá e que as bases militares estadunidenses em solo panamenho não fossem utilizadas de nenhuma maneira para prestar apoio ao Reino Unido (WEST, 1998).

O Equador, que também votou favoravelmente ao acionamento do TIAR, forneceu à Argentina uma quantidade desconhecida de munição 35mm (WEST, 1998).

Os Estados latino-americanos se comportaram dentro do esperado, prestando apoio e se solidarizando com a causa argentina de diversas formas, ainda que alguns tenham se envolvido mais que outros. Mesmo os posicionamentos de Chile e Trinidad e Tobago são compreensíveis e eram, de certa maneira, esperados, visto a rivalidade e a tensão existente entre chilenos e argentinos e o fato de as ilhas do Caribe ser uma ex-colônia britânica.

## **Organização das Nações Unidas (ONU)**

A Organização das Nações Unidas tratava da questão das Malvinas desde a década de sessenta, em seu comitê de descolonização, e, em 1965, emitiu a sua primeira resolução sobre o assunto, a de número 2065, na XXª Assembleia Geral. Desde então a ONU foi palco de diversos debates e tentativas de acordo entre Argentina e Reino Unido (HASTINGS, JENKINS, 1984; GAMBA, FREEDMAN, 2012; RATTENBACH, 2008).

A escalada do conflito no fim dos anos setenta e início dos oitenta levou a uma série de provocações de ambas as partes que acabaram por frustrar os intentos de negociações (HASTINGS, JENKINS, 1984; GAMBA, FREEDMAN, 2012; RATTENBACH, 2008; MIDDLEBROOK, 2009; 2012). E, na iminência da confrontação, uma dessas provocações tornou a ONU novamente palco de discussão sobre as Malvinas. No dia 31 de março de 1982, o embaixador argentino nas Nações Unidas, Eduardo A. Roca, foi instruído a denunciar o Reino Unido ante o Conselho de Segurança por agressão na crise da Geórgia do Sul, porém foi surpreendido por uma denúncia feita pelos britânicos sobre uma invasão argentina às Malvinas que poderia acontecer a qualquer momento, apenas três horas após ter recebido suas ordens (RATTENBACH, 2008).

Nos dias que se seguiram, o embaixador Roca e a chancelaria argentina procuraram conseguir os vetos soviético e chinês para a proposta de resolução apresentada pelo Reino Unido. Contudo, tiveram apenas respostas evasivas. O embaixador soviético, Troianovsky, disse a Roca que a decisão cabia aos altos escalões, que estava acima de sua autoridade e que iria abster-se. O embaixador chinês agiu da mesma maneira (RATTENBACH, 2008; MORALES DE NAVA, 2012).

Em 3 de abril, às 17 horas de Buenos Aires, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 502 por 9 votos a favor\*, 1 contra\* e 4 abstenções\* (RATTENBACH, 2008; MORALES DE NAVA, 2012). A seguir, seu conteúdo:

“O Conselho de Segurança, recordando a declaração feita pelo PRESIDENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA EM 01-ABR-82 AOS GOVERNOS DA ARGENTINA E DO REINO UNIDO PARA QUE EVITEM O USO DA FORÇA na região das ilhas Falkland, profundamente preocupado pelos informes sobre a invasão em 02-ABR-82 pelas forças armadas da Argentina e declarando que existe um rompimento da paz na região das Ilhas Malvinas (Falkland Islands):

- a. Exige um fim imediato das hostilidades.
- b. Exige a retirada imediata de todas as forças argentinas das Ilhas Malvinas (Falkland Islands).
- c. Exorta aos governos de Argentina e Reino Unido que procurem encontrar uma solução diplomática para suas diferenças e que respeitem totalmente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas” (RATTENBACH, 2008, tradução nossa)\*.

---

† Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Irlanda, Guiana, Jordânia, Togo, Uganda e Zaire (MORALES DE NAVA, 2012).

† Panamá (MORALES DE NAVA, 2012).

† União Soviética, China, Polônia e Espanha (MORALES DE NAVA, 2012).

† *El Consejo de Seguridad, recordando la declaración hecha por el PRESIDENTE DEL CONSEJO DE SEGURIDAD EL 01-ABR-82 A LOS GOBIERNOS DE LA ARGENTINA Y DEL REINO UNIDO PARA*

Após a aprovação da Resolução 502, o Reino Unido procurou neutralizar novas ações no âmbito das Nações Unidas. A Irlanda chegou a propor a realização de audiências públicas para debater a questão das Malvinas, o que era mal visto pelos britânicos, que não queriam permitir nenhuma brecha aos argentinos para reverter a derrota diplomática que haviam sofrido no dia 3 de abril. O Secretário Geral da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuellar também acreditava que o melhor caminho era através de reuniões diplomáticas privadas (GAMBA, FREEDMAN, 2012).

Pérez de Cuellar deu espaço para que o presidente peruano Fernando Belaúnde Terry e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Alexander Haig, tentassem mediar um acordo de paz entre Argentina e Reino Unido. Quando as propostas feitas pelos dois fracassaram, a ONU tornou a ser o principal campo de negociações (GAMBA, FREEDMAN, 2012).

Javier Pérez de Cuellar montou uma equipe de experientes diplomatas com o intuito de estudar a questão e encontrar possíveis soluções. No dia 02 de maio, apresentou sua proposta aos dois lados, separadamente. A partir daí, conduziu cerca de trinta reuniões com cada uma das partes (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Até o afundamento do *HMS Sheffield* por um míssil *Exocet* disparado de um avião de caça *Super Etendard*, da aviação naval argentina, as negociações corriam lentamente. Depois disso, as ações se intensificaram. Apesar do governo britânico ter oficialmente descartado a diplomacia após o ataque argentino, o Secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, Francis Pym, decidiu que “nenhuma porta estava fechada” e prosseguiu com as conversações. Os britânicos passaram a exigir que a Argentina retirasse o reconhecimento de sua soberania sobre as ilhas como pré-requisito para as negociações. Surpreendentemente, tal demanda foi atendida. E foi o passo mais significativo das discussões (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Não obstante a descrença de Londres perante a atitude argentina foi dado um voto de confiança. Pérez de Cuellar percebeu a oportunidade que se apresentava e intimou o Reino Unido a fazer alguma concessão, como contrapartida. Os britânicos, então, aceitaram que um administrador da ONU substituísse o governador britânico das ilhas (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Nesta etapa, Pérez de Cuellar acreditava que os seguintes pontos seriam aceitos:

1. Negociações serão conduzidas de boa-fé, com o prazo limite fixado em Dezembro de 1982.
2. Cessar-fogo e retirada de tropas sob a observação da ONU.
3. Administração interina da ONU com representantes da Argentina e Reino Unido (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

---

*QUE EVITEN EL USO DE LA FUERZA en la región de las islas Falkland, profundamente preocupado por los informes sobre la invasión el 02-ABR-82 por fuerzas armadas de la Argentina y declarando que existe un quebramiento de la paz en la región de las Islas Malvinas (Falkland Islands):*

- a) *Exige un inmediato cese de las hostilidades.*
- b) *Exige el retiro inmediato de todas las fuerzas argentinas de las Islas Malvinas (Falkland Islands).*
- c) *Exhorta a los gobiernos de Argentina y el Reino Unido a que procuren hallar una solución diplomática a sus diferencias y que respecten totalmente los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas.*



Esses pontos eram superficiais, não tratavam claramente de questões importantes, como se abarcariam todas as ilhas em disputa ou apenas o arquipélago das Malvinas ou como seria exatamente a administração interina. De toda forma, eram suficientemente relevantes para serem cuidadosamente analisados pelos governos argentino e britânico. Anthony Parsons, o representante britânico nas Nações Unidas decidiu levar os termos até o gabinete de Margaret Thatcher. O Reino Unido acreditava que as conversações haviam chegado a um momento crucial, de onde não seria mais possível voltar atrás caso fosse dado um passo adiante. Sabiam que era a última oportunidade de resolver a questão das Malvinas sem mais derramamento de sangue (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Os britânicos fizeram pequenas alterações nas partes que lhes pareciam vagas, mas nada significativo, a seu ver. Apesar disso, ainda era um acordo em que o Reino Unido e a Argentina faziam grandes concessões. O país europeu estava pronto para assiná-lo e todos na ONU, incluindo os argentinos, acreditavam que Buenos Aires também aceitaria a proposta. Inesperadamente, a Argentina recusou e voltou a impor todas as condições iniciais que defendia, inclusive o reconhecimento de sua soberania sobre as ilhas como pré-requisito para começar qualquer diálogo diplomático (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Uma série de más interpretações de declarações argentinas e britânicas e a chegada de um informe de inteligência em Buenos Aires sobre a ordem do Almirante britânico Sandy Woodward para iniciar o desembarque de tropas nas Malvinas, sepultaram definitivamente qualquer chance de acordo (GAMBA, FREEDMAN, 2012).

As Nações Unidas, na figura de seu Secretário Geral, tentaram cumprir seu papel de fórum internacional para debate e resolução de controvérsias de maneira pacífica. Entretanto, como é sabido, as possibilidades de ação da ONU são limitadas pela vontade e proatividade de seus membros e das partes envolvidas nas questões tratadas. Durante a Guerra Fria, onde vigorava a lógica de enfrentamento entre o Ocidente capitalista e o Oriente socialista, essas limitações eram ainda maiores, principalmente quando uma das partes envolvidas era uma potência no cenário internacional, com grande influência nos meios diplomáticos, assento permanente e poder de veto no Conselho de Segurança, como era o caso do Reino Unido.

Para agravar o quadro, os britânicos eram os principais aliados dos EUA no combate à URSS e ao bloco socialista, enquanto a Argentina era um mero coadjuvante no bloco capitalista e estava sob forte influência estadunidense – ainda que a mesma não tenha sido suficiente para dissuadir a junta militar a prosseguir com a ocupação das Malvinas.

Nem Argentina, nem Reino Unido se mostraram verdadeiramente dispostos e se esforçaram para encontrar uma solução pacífica para a crise das Malvinas. Dessa forma, a ONU não tinha muito campo de ação para evitar o conflito armado.

### **Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)**

O Movimento dos Países Não Alinhados surgiu em abril de 1955, na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, com o objetivo de estabelecer uma cooperação socioeconômica sul-sul em alternativa aos blocos capitalista e socialista e servir como um instrumento de combate ao colonialismo e ao imperialismo. Compareceram representantes de 29 Estados africanos e asiáticos. Ao longo dos anos, com a conquista da independência por outros Estados africanos e asiáticos e com a adesão de países

latino-americanos, o grupo cresceu. A Argentina ingressou em 1973, durante o terceiro governo de Perón (MORALES DE NAVA, 2012).

Após a derrubada do governo de Isabel Perón em 25 de março de 1976 e a assunção da primeira junta militar, teve início um debate dentro do novo governo argentino sobre um possível abandono do bloco, pois era visto por alguns militares e civis membros do governo, como um movimento de fortes tendências socialistas. Em 1981, Costa Méndez chegou a declarar que a Argentina não fazia parte dos Não Alinhados porque os membros desse grupo não eram países de raça branca e religião católica. O ponto alto da presença argentina entre os Não Alinhados foi justamente durante o conflito das Malvinas. E durante o primeiro governo de Carlos Menem, em 1991, o país se retirou definitivamente (MORALES DE NAVA, 2012).

O abandono de aliados tradicionais como os Estados Unidos e os países europeus, levou o governo militar a ignorar questões de cunho ideológico e a buscar ajuda daqueles que a ofereciam, justamente Estados membros do Movimento dos Não Alinhados. Foi dessa forma que a Argentina, que anos antes havia treinado os Contras que combatiam o governo sandinista, recebeu o apoio da Nicarágua, de Cuba e, em certa medida, da União Soviética (MORALES DE NAVA, 2012).

Os países do bloco dos Não Alinhados, segundo o pensamento de Morales de Nava (2012), souberam separar suas divergências ideológicas com um governo que era temporal, das necessidades de um país que combatia o colonialismo. O empenho desses Estados em demonstrar apoio à Argentina acabou por fazer com que Costa Méndez reconsiderasse o que havia dito anteriormente e, afirmasse que o Movimento dos Não Alinhados compreendia a luta argentina, pelo que haviam enfrentado no passado, lutando contra potências coloniais por sua independência e, chegando a citar países como Cuba, Argélia, Índia e Vietnã. (MORALES DE NAVA, 2012). A nova postura do governo argentino e os motivos dela ter sido adotada podem ser esclarecidos na fala do General Héctor Iglesias, que era Secretário da Presidência: “Olha, quando preciso de armas para a defesa nacional e dos supremos interesses da Pátria, as compro de quem me venda” (MORALES DE NAVA, 2012, p. 28, tradução nossa)\*.

No dia 3 de junho de 1982, Nicanor Costa Méndez foi até Cuba, para a reunião da Cúpula do movimento. Conversou em particular com Fidel Castro, que fez comentários sobre as defesas das ilhas (SÁNCHEZ, 2012). Fidel, em uma entrevista ao jornal italiano *L'Unità*, chegou a dizer que a luta pelas Malvinas havia gerado um sentimento patriótico latino-americano que nunca havia sido sentido com tanta intensidade, que a causa argentina era a causa de todos e, portanto, a vitória ou a derrota argentina também seria a vitória ou a derrota de todos os latino-americanos (MORALES DE NAVA, 2012).

Integrantes do governo nicaraguense também fizeram duras declarações contra o Reino Unido e seus aliados e em favor da Argentina. Manágua chegou a oferecer, ainda que com certo descompromisso, o envio de tropas para o teatro de operações. O chanceler panamenho Jorge Illueca falou de “demência inglesa” e “miopia norte-americana”; chamou os Estados Unidos, o Reino Unido e a Comunidade Europeia de prepotentes e hostis; e responsabilizou o governo estadunidense, por fornecer material e estrutura bélica aos britânicos e pelas mortes de jovens argentinos, os quais classificou como

---

\**Mire, cuando yo necesito armas para la defensa nacional y los supremos intereses de la patria, le compro a quien me venda.*

*heróicos*. O presidente do Panamá, Arístides Royo, pediu ao presidente Reagan que não utilizasse as bases militares dos Estados Unidos próximas ao seu território para auxiliar de nenhuma maneira as forças britânicas (MORALES DE NAVA, 2012).

A despeito dos exemplos citados acima, existiram membros dos Não Alinhados que não demonstraram um suporte tão contundente à causa argentina. Isso pode ser explicado pelas declarações sobre o movimento dadas por autoridades argentinas no período que precedeu o conflito, a presença de Estados que eram ex-colônias britânicas e ainda mantinham fortes laços com a antiga metrópole e pelas relações estreitas entre Argentina, Israel e a África do Sul, que ainda estava sob o *Apartheid* e ocupava a Namíbia. Para contornar esses obstáculos, o governo argentino acabou por condenar as práticas israelenses e o regime sul-africano (MORALES DE NAVA, 2012).

O MNA, conforme sua orientação anti-imperialista, anticolonialista e terceiro mundista, prestou pleno suporte moral e diplomático à causa argentina, ainda que alguns países tenham se omitido ou de certa forma se colocado contra, devido ao fato de serem anglófilos. No entanto, um apoio mais eficaz e material, ocorreu apenas da parte de poucos Estados, porque a Argentina encontrava-se baixo um governo de extrema direita, que colaborava e mantinha estreitos laços com países que contrariavam os ideais dos Não Alinhados, como Israel e África do Sul, citados acima. A falta de interesse no movimento demonstrada pelos argentinos no período anterior a abril de 1982, também contribuiu para que os demais membros não se envolvessem ativamente na causa.

### **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Comunidade Econômica Europeia (CEE)**

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apoiou quase que de imediato a necessidade de resposta à ação argentina apresentada pelo Reino Unido. Segundo o *The Sunday Times Insight Team* (1982), o Atlântico Sul era um ótimo palco para testar as armas da OTAN. Não houve envolvimento direto de nenhum país membro no conflito, mas os britânicos receberam ajuda constante, em especial dos Estados Unidos, França e de países da *Commonwealth*, a comunidade britânica de nações, como a Austrália, Nova Zelândia e Canadá.

Quando da retomada das Malvinas pelos argentinos, a CEE debatia sobre a quantia que o Reino Unido deveria contribuir para seu orçamento. Isso complicava a missão de conquistar o apoio de todos os membros em apenas um fim de semana. No entanto, a habilidade e a astúcia de Bill Nicholl, vice-embaixador britânico, permitiram construir um quadro totalmente favorável à Grã-Bretanha (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Os Estados imediatamente condenaram a atitude argentina e se prepararam para emitir uma declaração conjunta, porém não se mostravam muito dispostos a tomar medidas mais consistentes. A situação começou a mudar quando o Reino Unido pediu que os embaixadores em Buenos Aires fossem chamados para consultas e que houvesse um embargo das importações da Argentina, bloqueio de vendas de armamentos e restrição de créditos de exportação.

Com base no artigo 131 do Tratado de Roma, que aborda o status de territórios e dependências associados à CEE, uma reunião do Comitê de Representantes Permanentes (COREPER) foi convocada pelo Reino Unido para debater uma resposta mais enérgica por parte da Comunidade Europeia. Bill Nicholl percebeu que o bloqueio

seletivo aspirado pelo Ministério de Relações Exteriores britânico era inviável por sua complexidade, assim decidiu propor um embargo total à Argentina (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Um forte trabalho diplomático foi feito junto às delegações dos países-membros, em especial as de Alemanha Ocidental e França. Todavia, a maior preocupação britânica era quanto às neutras Irlanda e Itália, que não se mostravam muito inclinadas a colaborar. A Itália, em especial, devido a um terço da população argentina ter origem italiana – como o próprio Galtieri – e aos dois milhões de portadores de passaportes italianos que viviam no país latino-americano (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

O embaixador belga, Paul Noterdaeme, presidente do COREPER, apresentou a proposta de embargo total à Argentina, imediatamente aceita por Bélgica, Dinamarca, Grécia, Irlanda e Luxemburgo. Os demais Estados – Alemanha Ocidental, França, Holanda e Itália – se mostraram reticentes. Após nova série de negociações e pressões britânicas, a proposta foi aprovada, inclusive pela Itália, ainda que tenha sido o último membro a ceder. Logo após a divulgação da medida, o governo italiano foi taxado como traidor por Buenos Aires. A verdade é que os políticos italianos desconheciam o real clima da Argentina na época, e não acreditavam que uma guerra era possível. Aceitaram o embargo simplesmente por crer que seria uma pressão suficiente para os argentinos reverem suas posições (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

A Alemanha Ocidental terminou por votar a favor do embargo, contudo, mesmo sendo um Estado membro tanto da OTAN quanto da CEE, surpreendentemente ignorou a situação ao enviar um técnico para substituir uma peça com defeito do sistema de controle de fogo de uma bateria Roland. Segundo Nigel West (1998), esse técnico considerava que tinha contas pessoais a acertar com a Força Aérea Real britânica, pois a casa de seus familiares havia sido bombardeada por aeronaves da RAF durante a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante, os Estados membros tanto da OTAN, quanto da CEE, agiram dentro da lógica de suas organizações e prestaram suporte fundamental ao Reino Unido, pois o embargo imposto à Argentina pela CEE prejudicou a capacidade do país latino-americano de se rearmar, já que grande parte de seus fornecedores militares eram europeus.

### **República do Peru**

O Peru foi o principal aliado argentino. Envidou todos os esforços possíveis no campo diplomático para que fosse possível alcançar uma solução pacífica para a crise, chegando inclusive a contar com a mediação direta de seu presidente, Fernando Belaúnde Terry, nas conversações entre Argentina e Reino Unido. Ao contrário do que pensavam os militares argentinos, Belaúnde Terry, acreditava que o Reino Unido estava disposto a lutar pelas ilhas também no campo militar. Um conflito armado seria perfeito para melhorar a imagem do governo de Margaret Thatcher que, assim como o governo argentino, estava em profunda crise. Quando Argentina e Reino Unido romperam as relações diplomáticas, o governo peruano se tornou o representante dos interesses argentinos (MORALES DE NAVA, 2012).

As motivações para a solidariedade peruana com o governo e o povo argentino vinham da velha rivalidade com o Chile, que estava disposto a apoiar o Reino Unido, do intercâmbio de oficiais entre Argentina e Peru, além do presidente peruano ter vivido

por um tempo no país vizinho, quando esteve exilado (MORALES DE NAVA, 2012; THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982). Também se falava da existência de um acordo de assistência recíproca entre os dois Estados que remontava aos anos sessenta (MORALES DE NAVA, 2012).

O Peru, juntamente com os Estados Unidos, foi o Estado que mais buscou uma saída pacífica para o conflito. Belaúnde Terry em coordenação com Alexander Haig, Secretário de Estado do governo Reagan – o que, segundo o *The Sunday Times Insight Team* (1982) pode ter sido uma desvantagem significativa -, elaborou uma proposta que por muito pouco não impediu a confrontação armada. O presidente peruano ficou encarregado de convencer a junta militar, enquanto o secretário estadunidense faria o mesmo com os britânicos. A proposta era composta de sete pontos:

- 1) Cessar imediato das hostilidades.
- 2) Retirada simultânea e mútua das forças.
- 3) Presença de representantes independentes em relação às duas partes envolvidas no conflito para governar as ilhas temporariamente.
- 4) Os dois governos reconhecem a existência de posições discrepantes sobre a situação das ilhas.
- 5) Os dois governos reconhecem que os pontos de vista e os interesses dos habitantes locais têm que ser levados em consideração na solução definitiva do problema.
- 6) O grupo de contato que interviria de imediato nas negociações para implementar este acordo estaria composto por Brasil, Peru, a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos da América.
- 7) Antes de 30 de abril de 1983 chegar-se-ia a um acordo definitivo sob a responsabilidade do grupo de países anteriormente mencionados (MORALES DE NAVA, 2012, p. 45, tradução nossa)\*.

A cautela de Belaúnde Terry no princípio das negociações foi tanta, que atores chave como o Secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, Francis Pym, e o Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar desconheciam o teor das conversas. Isso pode ter contribuído para que sua tentativa não obtivesse sucesso (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982). De toda forma, a proposta era bem vista por alguns setores do governo da Argentina e foi aceita pela chancelaria, que aguardava apenas o aval da junta

---

†

- 1) *Cesación inmediata de las hostilidades.*
- 2) *Retiro simultáneo y mutuo de las fuerzas.*
- 3) *Presencia de representantes ajenos a las dos partes involucradas en el conflicto para gobernar las islas temporalmente.*
- 4) *Los dos gobiernos reconocen la existencia de posiciones discrepantes sobre la situación de las islas.*
- 5) *Los dos gobiernos reconocen que los puntos de vista y los intereses de los habitantes locales tienen que ser tomados en cuenta en la solución definitiva del problema.*
- 6) *El grupo de contacto que intervendría de inmediato en las negociaciones para implementar este acuerdo estaría compuesto por Brasil, Perú, la República Federal de Alemania y Estados Unidos de América.*
- 7) *Antes del 30 de abril de 1983 se habría llegado a un acuerdo definitivo bajo la responsabilidad del grupo de países antes mencionados.*

militar, dado como certo inclusive por Costa Méndez, por ser um acordo que não exigia a restauração da autoridade britânica sobre as ilhas, nem colocava a opinião dos ilhéus como uma condição prévia (MORALES DE NAVA, 2012; THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982). Belaúnde, de acordo com uma conversa que tivera com o embaixador britânico no Peru, Charles Wallace, acreditava que o Reino Unido também aceitaria o acordo (MORALES DE NAVA, 2012).

Tudo parecia estar encaminhado para uma solução pacífica, mas o afundamento do cruzador *ARA General Belgrano* horas depois do diálogo entre Belaúnde Terry e Wallace, pôs fim às esperanças que haviam sido cultivadas nos dias anteriores. A Argentina já não enxergava mais como digna a saída que lhe permitia a proposta, devido à morte de mais de 300 tripulantes. Especula-se que o Reino Unido tenha ordenado o ataque para alcançar a paz com alguma vantagem ou simplesmente porque, na realidade, não estava de acordo com a proposta de Belaúnde Terry e Haig, mas não queria ser a parte a dar uma resposta negativa (MORALES DE NAVA, 2012).

Dias depois o presidente peruano vislumbrou o que poderia ser uma nova oportunidade para um acordo. A aviação argentina afundou o navio britânico *HMS Sheffield*, o que de certa forma equilibrou os danos sofridos por cada lado. À proposta anterior foi acrescentada a necessidade de findar todas as atividades militares e a retirada das tropas através de uma ponte aérea, onde as forças argentinas seriam transportadas por peruanos ao seu país, enquanto os britânicos seriam evacuados por estadunidenses para o Chile. Mais uma vez as partes envolvidas estiveram próximas de um acordo, porém a inércia de ambas as partes e adiamentos fizeram com que houvesse mais um fracasso (MORALES DE NAVA, 2012).

Belaúnde Terry tentou demover a junta militar da ideia de defender as posições estabelecidas nas Malvinas depois de 2 de abril, apontando suas deficiências, mas não foi capaz de convencer os militares argentinos. O que mais prejudicou a iniciativa do presidente peruano foi a falta de interesse real das duas partes. Os britânicos nunca se mostraram verdadeiramente dispostos a negociar nos termos estabelecidos, enquanto do lado argentino, ainda que houvesse simpatia e apreço pelo esforço peruano, as ações de sujeitos como Costa Méndez dependiam da autorização da junta militar, que tinha se colocado em uma situação delicada, após um discurso de Galtieri, que prometia a população que nenhum metro de terra malvinense seria cedido (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Com a aproximação do conflito, o governo peruano enviou a Argentina dez aviões de caça *Mirage M5-P* – a versão caça-bombardeiro do caça-interceptor *Mirage III*, utilizado pela Força Aérea Argentina -, além de 30 mísseis *AS-30* ar-terra, mísseis antiaéreos, obuses, bombas e munição, tudo em sigilo total (MORALES DE NAVA, 2012; WEST,1998). Os aviões viajaram em silêncio de rádio e tiveram as insígnias e matrículas argentinas pintadas no lugar das peruanas. No entanto, as aeronaves só ficaram em condições de combate próximo da rendição argentina (MORALES DE NAVA, 2012).

Conforme dito pelo Comodoro da Força Aérea Argentina, Roberto Briend em entrevista concedida ao autor, pilotos peruanos fizeram o transporte dos *Mirage M5-P* para a Argentina e desejavam combater, porém o governo argentino se negou a permitir tal coisa, para não regionalizar o conflito. Em outra entrevista, o Comodoro Pablo Carballo confirmou a presença de pilotos da Força Aérea Peruana em bases aéreas argentinas, no

intuito de prestar apoio moral, mas não chegaram a voar. Cada base contava com um piloto peruano, na do Comodoro Carballo estava o Major Portillo Vásquez\*.

Nigel West (1998) relata que após a suspensão da entrega dos lotes restantes de aviões *Super Etendard* e mísseis *Exocet* pela França e a imposição de um embargo sobre a Argentina pelos países membros da CEE e da OTAN, o Peru tentou comprar os mísseis franceses com o intuito de repassá-los aos argentinos, para que aumentassem seu arsenal, que nunca chegou a contar com mais de cinco exemplares. Uma encomenda em caráter de urgência, em nome da Armada peruana, foi feita à *Aerospatiale*, empresa responsável pela fabricação dos mísseis.

O pedido não foi bem visto pela França e Reino Unido, que suspeitavam do verdadeiro destinatário final. A urgência e a pressão peruanas para receber os mísseis aumentaram a desconfiança e expuseram o esquema de triangulação. Os franceses passaram a atrasar os prazos e criar empecilhos para efetuar a entrega. O governo peruano chegou a cogitar o envio de um navio para buscar os armamentos, porém a França rejeitou a ideia, alegando que embarcações transportando *Exocet* se tornariam automaticamente alvos da Marinha Real britânica (WEST, 1998).

Não foi difícil para a França descumprir o acordo comercial com o Peru, já que houve um problema com a forma de pagamento dos mísseis. Ao contrário da Argentina que havia pagado seus *Super Etendard* e *Exocet* à vista e adiantado, os peruanos pagariam a prazo, e para isso foi necessário fornecer cartas de crédito que comprovassem sua capacidade para arcar com o compromisso financeiro. Contudo, os documentos apresentados deixaram os franceses receosos, principalmente pela ligação entre o Banco Central de Reserva do Peru e o Banco Andino, subsidiário do Banco Ambrosiano, controlado por Roberto Calvi. Calvi esteve diretamente envolvido no escândalo do envolvendo seu banco e o partido Democrata Cristão italiano no ano anterior. Isso foi o suficiente para que os franceses protelassem a compra de *Exocet* pelos peruanos (WEST, 1998).

O Peru se manteve coerente à sua história e ao seu bom relacionamento com a Argentina, desempenhando um papel de extrema importância e se apresentando como o principal e mais confiável aliado de Buenos Aires. Belaúnde Terry, sabendo dos riscos de um conflito armado com o Reino Unido, tentou evita-lo de todas as formas, mas quando notou que isso não seria possível, dado ao desinteresse de ambas as partes, decidiu que o governo peruano deveria dar total suporte à Argentina.

## **República do Chile**

Desde o século 19, Chile e Argentina disputavam territórios na região mais austral do continente. Em 1971, os governos do chileno Salvador Allende e do argentino Alejandro Lanusse buscaram uma solução para as disputas através da arbitragem, e a rainha Elizabeth II do Reino Unido era a mediadora, além de uma corte composta por juizes britânicos, dos Estados Unidos, França, Nigéria e Suécia. No ano de 1977 saiu o resultado final, favorável aos chilenos, que aumentou as animosidades entre os dois países. A Argentina, que como o Chile estava sob um governo militar, não aceitou o resultado da mediação e apenas a intervenção papal foi capaz de impedir a confrontação armada entre os dois países no ano seguinte (MORALES DE NAVA, 2012).

---

\* Entrevistas concedidas ao autor nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2013, na *Escuela de Aviación Militar*, Córdoba, Argentina. Ver Apêndice.

Devido ao conflito com os argentinos, o governo chileno foi na contramão de toda a América Latina e não hesitou em apoiar o Reino Unido em 1982. Forneceram informações de inteligência, como os alertas sobre movimentação de tropas e preparativos de ataques aéreos que impediam que os britânicos fossem surpreendidos, como foi reconhecido pela própria Margaret Thatcher, que chegou a dizer que, se não fosse pela ajuda chilena, as forças britânicas teriam sofrido muito mais baixas. Permitiam aos britânicos se refugiar em seu território, fazer uso de suas bases e até chegou a ser cogitada a possibilidade de lançar operações militares contra posições argentinas no continente a partir do Chile como a Operação Mikado\*, que não foi posta em prática (MORALES DE NAVA, 2012).

A rivalidade e a ameaça constante representada pela Argentina, fazia com que os chilenos monitorassem regularmente a fronteira. Eram capazes de monitorar qualquer mobilização de tropas argentinas quase que instantaneamente. Contudo, era necessário um prazo de 72 horas para saber se a ação seria conduzida contra o Chile ou contra os britânicos, nas Malvinas (WEST, 1998).

Em março de 1982 um relatório elaborado por Emilio Meneses, oficial da reserva da Armada e analista da DIDENA, responsável por lidar com as questões relativas à Argentina, previa um ataque iminente às Malvinas, entre março e abril daquele ano ou, no mais tardar, entre setembro e outubro (WEST, 1998).

Nas duas primeiras semanas após a invasão, o embaixador britânico John Heath e o adido militar, capitão da Marinha Real, Malcolm Johns, se tornaram figuras frequentes na sede da DIDENA. Sua missão era ampliar a colaboração entre os dois países, mostrando os pontos de interesses mútuos (WEST, 1998).

O Chile havia comprado recentemente o *RFA Tidepool*, mas em acordo com o Reino Unido, sua entrega foi postergada, para que pudesse se juntar à Força Tarefa. O Reino Unido fez uso de informações de inteligência conseguidas pelos chilenos. A frota chilena, a pedido britânico e por questões de segurança de seu mar territorial, se deslocou para a zona do Estreito de Magalhães ainda em abril, bem como os submarinos, sempre de forma pública, para que os argentinos tivessem ciência. O exército chileno também intensificou suas atividades na fronteira, com vistas a manter as forças argentinas ali alocadas ocupadas, para que não fossem enviadas às Malvinas (WEST, 1998).

A Força Aérea Real cedeu três aviões *Camberra PR-9* do *18º Group, No. 1 Photographic Reconnaissance Unit* e dois SIGINT *Hercules* para monitoramento e espionagem do território argentino. Os aviões foram pintados com as insígnias chilenas, mas mantiveram o padrão de camuflagem europeu, cinza-verde, ao invés dos dois tons de verde, adotados pelo Chile. Outros fatos que denunciavam algo suspeito eram a quantidade de *Hercules* da Força Aérea Chilena ter dobrado sem nenhuma explicação

---

† A Operação Mikado foi um plano britânico para atacar uma base aérea localizada na cidade argentina de Río Grande, que consistia na destruição dos mísseis *Exocet* e dos aviões *Super Etendard* pelo Esquadrão B do *Special Air Service* (SAS), composto por 65 homens transportados em dois *Hercules*. A operação foi abortada quando os aviões estavam a caminho da base aérea argentina, porque haviam sido detectados. Na noite anterior um helicóptero *Sea King* inglês que estava em missão de reconhecimento foi rastreado por radares argentinos, o que os deixou em alerta. E pouco antes do cancelamento, outro *Sea King* que levava a vanguarda da Operação Mikado teve problemas e caiu próximo a cidade chilena de Punta Arenas. Seus tripulantes foram resgatados e, assim como os que estavam embarcados nos *Hercules*, retornaram ao Reino Unido como civis em um avião comercial (MORALES DE NAVA, 2012).



ou o anúncio da compra de novos aviões, e o erro na pintura *Fuerza Aérea de Chile*, onde *Aérea* aparecia como *Aera*. Pilotos britânicos transitavam pelas bases chilenas com uniformes da nação sul americana e nomes de origem espanhola (WEST, 1998).

Após o fim do conflito, o Chile permaneceu com os três *Camberra* de matrículas 341, 342 e 343, cuja aquisição foi formalizada em outubro de 1982. Além disso, ainda recebeu nove caças-bombardeiros/ataque ao solo *Hawker Hunter* e 30 motores de reposição em termos excepcionalmente vantajosos. Não é possível afirmar, mas essas negociações poderiam estar relacionadas diretamente a ajuda prestada pelos chilenos (WEST, 1998).

O governo chileno entendia que era vital para sua integridade territorial que as Malvinas permanecessem sob controle britânico, pois em mãos argentinas, seria uma excelente posição estratégica para controle dos mares do Sul – a área de Puerto Argentino era o melhor porto natural da região -, para sustentar uma ofensiva através da Patagônia chilena e ameaçar as posições do Chile na Antártida (WEST, 1998).

O discurso de Leopoldo Galtieri dizendo que as Malvinas eram o primeiro passo na recuperação de território argentino foi entendido em Santiago como um aviso claro de que, em caso de sucesso nas ilhas, a Argentina iria buscar ocupar os territórios ao sul que considerava seus por direito (WEST, 1998).

Tudo isso acontecia enquanto o governo chileno emitia declarações de neutralidade. A rivalidade com Buenos Aires, o temor de uma invasão do território chileno após um possível triunfo argentino na questão das Malvinas e a oportunidade de prejudicar o adversário, levaram o Chile a desprezar sua neutralidade oficial e atuar como o mais importante aliado britânico, pois como a própria Margaret Thatcher veio a reconhecer, sem o apoio brindado por Santiago, seria impossível que a Grã Bretanha retomasse as Malvinas.

### **Estados Unidos da América (EUA)**

Os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental para a vitória britânica no conflito das Malvinas. Não só deram suporte na área diplomática durante toda a crise, como prestaram auxílio militar ao Reino Unido, permitindo que sua base militar em Ascensão, ilha localizada no Atlântico Sul entre a costa brasileira e a costa africana, fosse utilizada pelas forças britânicas, além de fornecer imagens de satélite e outras informações de inteligência, armas, equipamentos e munições, como os mísseis ar-ar *AIM-9L Sidewinder* e os antirradar *Shrike*, e dados de inteligência sobre a movimentação de tropas argentinas, suas posições de defesa e capacidades (MORALES DE NAVA, 2012, WEST, 1998).

A junta militar argentina alimentava a esperança de que os Estados Unidos se mantivessem neutros caso enfrentassem os britânicos. Ignoraram os laços históricos entre os dois países anglo-saxões, a estrutura geopolítica existente na época e as prioridades estadunidenses com relação aos seus aliados. O Reino Unido era um aliado muito mais importante para os Estados Unidos do que a Argentina (MORALES DE NAVA, 2012).

No período que antecedeu o dia 2 de abril, os Estados Unidos procuraram evitar o desembarque argentino, e posteriormente realizaram gestões diplomáticas com a colaboração peruana, com o objetivo de evitar um conflito armado entre os dois Estados aliados. No entanto, mesmo nessa fase davam sinais claros de que apoiavam o Reino

Unido, como quando junto a Chile, Colômbia e Trinidad y Tobago, impediram o acionamento do TIAR e ao votar a favor da Resolução 502, proposta pelos britânicos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (MORALES DE NAVA, 2012).

Em 02 de abril de 1982, o embaixador argentino em Washington, Esteban Takacs, ofereceu um jantar à embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Jane Kirkpatrick. Também estavam presentes membros do gabinete do presidente Ronald Reagan, como o Vice-Secretário de Estado, Walter Stoessel; Tom Enders, assistente do Secretário de Estado para assuntos da América Latina; o embaixador estadunidense na OEA; o antigo secretário da Marinha; o secretário do Exército e o secretário assistente do Departamento do Interior. Para aqueles que desconheciam que o jantar era uma homenagem à Kirkpatrick e que havia sido marcado com antecedência, a presença de tantas figuras do governo estadunidense na casa do embaixador argentino na mesma noite da retomada das ilhas Malvinas podia dar a impressão de apoio dos EUA à ação, ou até mesmo cumplicidade (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Em uma entrevista dada à rede de televisão CBS dias após a Operação Rosário, Jane Kirkpatrick declarou que se as Malvinas pertenciam à Argentina, logo o desembarque de tropas nas ilhas não poderia ser considerado uma agressão armada. Essa fala irritou Londres, que passou a ver a embaixadora – uma especialista em Argentina – com maior desconfiança (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

No fim de março de 1982, quando da crise nas ilhas Geórgia do Sul, os Estados Unidos, através de Walter Stoessel, se ofereceram como mediador tanto para a Argentina, quanto para o Reino Unido. Os britânicos se mostraram extremamente insatisfeitos por serem tratados no mesmo nível que os argentinos, visto que consideravam os latino-americanos culpados pelo incidente, e protestaram junto à Casa Branca. A postura argentina também era rígida. O embaixador estadunidense na Argentina, Harry Shlaudeman, ouviu do ministro de Relações Exteriores, Nicanor Costa Méndez, que o governo argentino “não se interessava por ações para manter as aparências”. Se os EUA estavam dispostos a se envolver na questão, deveria abordá-la como a Causa Malvinas por completo, e não apenas no que se referia às Geórgia do Sul (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

O embaixador britânico em Washington, Nicholas Henderson, fazia pressão sob o Secretário de Estado Alexander Haig para que os Estados Unidos apoiassem a Grã-Bretanha em suas demandas e também no intuito de que medidas fossem tomadas para impedir um escalonamento do conflito, visto que Londres naquele momento já considerava iminente a ocupação das Malvinas por forças argentinas (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

A orientação de Haig para a abordagem do assunto com os argentinos era direta e forte: a Argentina deveria recuar. Nenhum ato de agressão seria tolerado e, caso Buenos Aires insistisse em uma atitude agressiva, as relações que vinham sendo construídas desde o começo da gestão Reagan, estariam ameaçadas. Contudo, a junta militar viu esse aviso apenas como uma medida diplomática sem efetividade real. O governo argentino não considerava que seus pares estadunidenses seriam capazes de cumprir com as ameaças (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

A inteligência estadunidense confirmou que as forças argentinas se preparavam para uma grande operação militar. Haig avisou o Reino Unido e convenceu Reagan a tentar abortar a ação argentina por meio de um telefonema a Galtieri, que ouviu do mandatário

argentino que já era tarde demais para voltar atrás (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Os Estados Unidos tinham consciência que se a diplomacia não fosse capaz de resolver a questão, haveria um conflito armado que terminaria com a queda do governo em Londres ou Buenos Aires, o que de qualquer maneira seria prejudicial aos seus interesses, pois eram dois aliados. Havia também o tema das cláusulas de defesa mútua que vinculava os EUA tanto ao Reino Unido, por meio da OTAN, quanto à Argentina, através do TIAR (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Alexander Haig deu início a uma maratona de viagens entre Washington, Londres e Buenos Aires, numa tentativa de evitar o conflito e encontrar uma saída razoável para ambos os lados e que não fosse prejudicial aos interesses dos Estados Unidos. As recepções no Reino Unido e na Argentina foram bem distintas. Na Grã-Bretanha foram recebidos com formalidade e cordialidade, enquanto na Argentina o tratamento foi mais seco e frio, muito em função da opção de Haig em ir primeiro para Londres e da determinação do país platino em seguir com seus planos de recuperação das ilhas do Atlântico Sul (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

A equipe de Haig procurava convencer as duas partes a alcançar três objetivos:

1. Ambos os lados deveriam retroceder. As tropas argentinas estacionadas nas ilhas retornariam ao continente, enquanto a força-tarefa britânica iria se manter distante dos arquipélagos.
2. Uma autoridade interina governaria as ilhas.
3. O status das ilhas seria discutido dentro de um prazo a ser estabelecido (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Esses pontos foram apresentados detalhadamente e de formas diferentes as partes. Ao Reino Unido, eram quatro temas:

1. Que os Estados Unidos estavam de acordo com o Reino Unido em princípio e por princípio com os britânicos.
2. Que concordavam com a Resolução 502 e esperavam uma resolução pacífica para o conflito.
3. Que viam a viagem como uma maneira de tentar encontrar uma saída para a crise.
4. Que procuravam um ponto de equilíbrio entre a importante necessidade britânica de se manter fiel aos princípios apontados pela senhora Thatcher no parlamento (isto é, o direito a autodeterminação dos *falklanders*, a restauração da autoridade britânica sobre as ilhas, e a remoção das forças argentinas) e uma posição minimamente aceitável pelos argentinos (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Os representantes argentinos foram confrontados com cinco argumentos:

1. A frota britânica não recuaria a menos que a Argentina retirasse suas tropas das ilhas.
2. Os britânicos estavam dispostos a fazer uso da força se necessário fosse para remover os efetivos argentinos das ilhas, e isso poderia significar guerra.
3. Os britânicos possuíam superioridade militar, o que significava que os argentinos seriam derrotados em uma confrontação militar.

4. Nesse caso, os Estados Unidos não seriam capazes de trabalhar com os dois lados, e seriam obrigados a apoiar os britânicos.
5. As consequências de uma guerra para a Argentina poderiam ser a sublevação política e a ruína econômica (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Enquanto estava na Argentina, Haig passou a maior parte do tempo tentando convencer Galtieri de que fora um erro a ação militar nas Malvinas e que ele havia avaliado mal a capacidade e a intenção britânica em responder àquilo que consideravam uma agressão. Reafirmou que em caso de conflito os Estados Unidos não poderiam colaborar com os dois lados e seriam impelidos a dar suporte ao Reino Unido. Mesmo assim, Galtieri estava convicto de que deveria seguir em frente. Dizia que o reclame argentino de soberania sobre as ilhas não poderia ser retirado e tinha informações confiáveis de que não haveria uma retaliação britânica. E apresentou suas demandas: levantamento das sanções, recuo da força-tarefa britânica e o estabelecimento de uma data limite para a conclusão das negociações (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Em nova conversa com o General Leopoldo Galtieri, o Brigadeiro Basílio Lami Dozo e o Almirante Jorge Anaya, os três membros da junta militar, Haig mais uma vez falou que os britânicos estavam decididos a agir militarmente caso a Argentina continuasse inflexível. Galtieri e Anaya se mostraram bastante irritados e acusaram Haig e os EUA de favorecimento e colaboracionismo com o Reino Unido (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Apesar de todos os esforços de Haig e da admiração que gerou nos argentinos por sua persistência e resistência em negociar por horas, sua missão no país sul americano já não tinha mais sentido. O ressentimento por a comitiva estadunidense ter visitado primeiro o Reino Unido e ter chegado a Buenos Aires já com um acordo pronto, que deveria ser apenas assinado, bem como a pressão popular para que a Argentina não desse nenhum passo atrás e a mentalidade da junta, especialmente de Galtieri e Anaya, deixavam claro que não havia mais sentido na empreitada diplomática (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

No dia 30 de abril o presidente Reagan anunciou que a partir daquele momento os Estados Unidos estavam publicamente ao lado do Reino Unido, seriam fornecidos suprimentos militares às forças britânicas e sanções econômicas foram impostas contra a Argentina (THE SUNDAY TIME INSIGHT TEAM, 1982).

Os Estados Unidos, que nunca haviam se pronunciado sobre a questão das Malvinas, se encontravam em uma posição difícil, visto que tanto a Argentina e o Reino Unido eram seus aliados e estava vinculado a ambos por tratados de defesa mútua e o descumprimento dos mesmos poderia inspirar desconfiança em outros Estados amigos. A Argentina era importante para que os EUA mantivessem sua influência sobre a América Latina, enquanto o Reino Unido, desde a Segunda Guerra Mundial, era seu principal aliado.

Contudo, a lógica do mundo bipolar fazia a balança pender a favor dos britânicos, além de, na visão de parte da administração Reagan, os argentinos terem adotado uma postura agressiva. Esses fatos somados a intransigência da junta militar e à boa e essencial relação entre os governos de Londres e Washington acabaram por determinar o posicionamento estadunidense favorável à Grã-Bretanha.

## República Francesa

Quando da deflagração do conflito das Malvinas, a França era o maior provedor de armas da Argentina e um dos principais aliados do Reino Unido dentro da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Essa posição a deixou como um ator chave para o desenrolar do conflito (MORALES DE NAVA, 2012).

No dia 3 de abril o primeiro-ministro francês, François Mitterrand, ligou para sua colega britânica, Margaret Thatcher, prestou solidariedade e ofereceu todo tipo de apoio, incluindo informações, seus serviços de inteligência e diplomacia. Apesar dos conselhos de seu chanceler, Claude Cheysson, e de seu ministro da Defesa, Charles Hernu, para manter a neutralidade e preservar as boas relações com o parceiro comercial sul-americano, Mitterrand deixou que prevalecesse sua repulsa à junta militar que governava a Argentina, por questões ideológicas (MORALES DE NAVA, 2012).

O maior parceiro comercial da Argentina em assuntos militares se tornou o maior aliado britânico na confrontação pelas Malvinas. Pouco antes de 1982, o governo argentino havia comprado aviões *Super Etendard*, mísseis antinavio *Exocet* ar-mar e mar-mar, mísseis terra-ar *Roland* e duas corvetas. O Reino Unido requisitou à França a suspensão do treinamento dos pilotos, o cancelamento do envio dos armamentos que ainda não haviam sido entregues – mesmo os que já haviam sido pagos – e informações sobre as capacidades e deficiências dos armamentos fornecidos aos argentinos. Os franceses não tardaram em consentir os pedidos de seus aliados (MORALES DE NAVA, 2012).

Os britânicos foram informados de que os argentinos dispunham somente de cinco *Super Etendard* e de cinco *Exocet* e que não possuíam conhecimento suficiente para operá-los de forma satisfatória. Tinham confiança extrema nessas informações, a ponto de ignorar a presença de um técnico argentino infiltrado em uma das empresas de armamento francesas, que teve tempo suficiente para transmitir a seu governo os dados necessários para a operação dos *Exocet*, antes de ser demitido. O resultado disso foi o afundamento ou danos graves a embarcações britânicas, dentre eles o *HMS Sheffield*, então o navio mais moderno da Marinha Real, que fora comissionado apenas seis meses antes, o que acabou por gerar certa desconfiança dos britânicos em relação aos franceses (MORALES DE NAVA, 2012).

Como já fora dito, a França auxiliou o Reino Unido de diversas maneiras, inclusive com uma ofensiva diplomática que visou impedir a Argentina de adquirir as armas\* que os países europeus se negavam a vender. Os franceses também atrasaram propositalmente a entrega de mísseis *Exocet* ao Peru, por suspeitar que os mesmos seriam repassados às Forças Armadas Argentinas (MORALES DE NAVA, 2012; WEST 1998). Também pressionaram o governo do Senegal a ceder seus aeroportos para escalas de aviões britânicos que rumavam para a ilha de Ascensão e para o Atlântico Sul (MORALES DE NAVA, 2012). A principal ajuda francesa veio através do voto a favor e do cumprimento rigoroso do embargo de armamentos imposto pela Comunidade Econômica Europeia à Argentina (WEST, 1998). Por conta disso, a entrega do material bélico que o governo argentino havia encomendado a empresas francesas foi suspensa. Nove aviões *Super Etendard* e dez mísseis *Exocet* ficaram retidos em território francês (MORALES DE NAVA, 2012).

## Os voos secretos para Israel, Líbia e África do Sul

† A Argentina estava em busca de peças de reposição, munições e novas armas que pudessem atenuar a defasagem de seu material bélico perante o britânico.

O alinhamento dos Estados Unidos ao Reino Unido e o embargo de armamentos imposto pelos países da Europa Ocidental à Argentina, fez com que novos e inesperados parceiros fossem procurados. A primeira opção do governo argentino foi Israel, que desde as restrições para venda de armas impostas pelo governo do ex-presidente dos EUA, James Carter\*, havia conseguido uma parcela considerável do mercado bélico latino-americano, especialmente na Argentina (SÁNCHEZ, 2012).

Em 1981, Israel chegou a propor uma parceria com Argentina e Brasil para o desenvolvimento da indústria bélica, com vistas a ganhar mais espaço no cenário latino-americano. Esta oferta teria sido rejeitada pelo Brasil, segundo correspondência diplomática do Itamaraty, todavia a Argentina teria se interessado, como sinalizado pela visita do ex-presidente Alejandro Lanusse, ligado à indústria bélica argentina, ao país do Oriente Médio. Além disso, argentinos e israelenses negociavam equipamento militar desde 1978, quando foram comprados os primeiros aviões de caça e bombardeio *Dagger*.

Foram realizados dois voos entre Buenos Aires e Tel Aviv no princípio de abril, operados pelos *Boeing 707* da seção de cargas da Aerolineas Argentinas. As tripulações eram formadas por pilotos e comissários da companhia, todos civis, e alguns militares que tinham a função de supervisionar os carregamentos. Essa foi a maneira encontrada pelos argentinos para manter o sigilo dos voos e evitar possíveis ataques britânicos às aeronaves, já que as rotas atravessavam o Atlântico e o Mediterrâneo, passando próximas às posições britânicas em Ascensão, Gibraltar, Malta e Chipre, além de sobrevoar o trajeto da força-tarefa. Como eram aviões civis, acreditava-se que não seriam vistos como potenciais alvos, pois para o Reino Unido, o custo de abater uma aeronave deste tipo seria muito alto. Para evitar radares e elementos aéreos e navais dos britânicos e de seus aliados, os aviões viajavam com as luzes apagadas e em silêncio de rádio, se comunicando com as torres de controle somente em momentos cruciais e inevitáveis, como durante os procedimentos de decolagem e aterrissagem. Ainda procuravam sobrevoar territórios amistosos, como o Brasil e o norte da África (SÁNCHEZ, 2012).

No primeiro voo que retornou de Israel foram transportados ferros, agasalhos e turbinas de aviões *Dagger*. A aeronave do segundo voo deixou a Argentina carregada com três turbinas de *Dagger* que deveriam ser reparadas em Israel. Retornou com as turbinas consertadas, caixas com minas terrestres antitanques e antipessoais, além de uma quantidade considerável de agasalhos que não puderam ser levados no primeiro voo (SÁNCHEZ, 2012).

No entanto, as ligações históricas e político-econômicas entre Israel, Estados Unidos e o Reino Unido não tardaram a pesar. O governo israelense foi pressionado para suspender o auxílio ministrado aos argentinos e a junta militar viu-se obrigada a buscar outros parceiros. Através do Movimento dos Países Não Alinhados, foi feito um contato com Mu' ammar el-Gaddafi que se prontificou a ajudar (SÁNCHEZ, 2012).

As divergências ideológicas e a proximidade entre Argentina e Israel foram ignoradas pelo governo líbio, que enxergava a operação do dia 2 de abril como uma ação legítima dos argentinos, uma forma de combater o anticolonialismo e o anti-imperialismo do Reino Unido, na época um dos inimigos da Líbia (SÁNCHEZ, 2012).

† O governo de Jimmy Carter impôs restrições à compra de armas por países latino-americanos acusados de cometer violações graves e contínuas dos direitos humanos. Isto afetou as relações dos Estados que estavam sob governo militar com os EUA, dentre eles a Argentina (SÁNCHEZ, 2012).

Os dois países firmaram um acordo e foram realizados quatro voos entre Buenos Aires e Trípoli, nos mesmos modos daqueles que ocorreram para Israel. Ao todo foram transportados 20 mísseis ar-ar *Matra Magic 530*; 20 mísseis ar-ar *Matra Magic 550*; 20 motores de mísseis ar-ar *Matra Magic 550*; 20 mísseis *Strela* com lançadores *Kasef*; 60 mísseis *Strela*; projéteis *Maksuf*; 10 morteiros de 60mm com acessórios; 10 morteiros de 81mm com acessórios; 492 projéteis de morteiro de 60mm; 498 projéteis de morteiro de 81mm superexplosivos; 198 projéteis iluminantes de morteiros de 81mm; 1000 bombas iluminantes de 26,5mm; 50 metralhadoras e 49500 projéteis .50; 4000 minas antitanques e 5000 minas antipessoais (SÁNCHEZ, 2012; WEST, 1998).

É importante ressaltar que os líbios não aceitaram nenhum tipo de pagamento do governo argentino. Não aceitaram para não contrariar um dos preceitos do Corão, que diz que a ajuda deve ser prestada desinteressadamente, sem receber nada em troca e também por questões ideológicas. Na visão dos líbios, era um auxílio a um governo que combatia o imperialismo, ao enfrentar a agressão britânica (SÁNCHEZ, 2012).

Fazia alguns anos que a África do Sul se encontrava relativamente isolada no cenário internacional, sendo considerada um Estado pária, por causa da manutenção do regime segregacionista e racista do *Apartheid*. Suas principais relações comerciais aconteciam por meio de triangulações envolvendo outros Estados que também sofriam com sanções, como Israel e a própria Argentina. Essa situação e a afinidade ideológica dos regimes de Buenos Aires e Pretória contribuíam para a existência de fortes laços comerciais e diplomáticos entre os dois países (SÁNCHEZ, 2012).

Às seis horas da manhã do dia 3 de maio de 1982, um avião *Boeing 707* das *Aerolineas Argentinas* decolou completamente vazio do Aeroporto Internacional Ministro Pistarini, em Ezeiza, em missão secreta rumo à Cidade do Cabo, na África do Sul. Tudo indica que a aeronave iria buscar cerca de 200 toneladas de armas de origem espanhola, que se encontravam na cidade sul-africana (SÁNCHEZ, 2012).

Conforme Gonzalo Sánchez (2012), boatos da época davam conta de que a Espanha desejava enviar essa carga à Argentina, mas não poderia fazê-lo diretamente para não comprometer a sua entrada na CEE, que estava em curso. Esse processo obrigava o governo espanhol a obedecer ao embargo imposto pela organização europeia à Argentina. Por isso, a África do Sul se tornou um intermediário no traslado das armas.

No entanto, após cinco horas de voo em direção ao continente africano e expostos a um risco iminente de interceptação ou até mesmo um ataque por parte de aviões britânicos, visto que a rota para a África do Sul passava exatamente pela zona marítima entre as ilhas de Ascensão e Malvinas, em que se deslocava a força-tarefa do Reino Unido, os pilotos receberam ordens da Força Aérea Argentina para retornar à Ezeiza. A operação havia sido abortada sem maiores explicações (SÁNCHEZ, 2012).

É possível que o cancelamento da missão tenha acontecido devido à perda do sigilo sobre a decolagem do avião. Segundo Sánchez (2012), a torre de controle do aeroporto obrigou os pilotos fazerem uso dos meios de comunicação padrão para a decolagem e aterrissagem de aeronaves. Isso pôs fim ao estado de segredo em que o *707* operava.

Israel era um antigo parceiro comercial da Argentina e era conhecido por vender armas a quem quer que fosse, logo seu apoio à Buenos Aires não é surpreendente. A Espanha possuía laços históricos e culturais com os argentinos, além de se encontrar em uma situação semelhante perante os britânicos, por causa do enclave de Gibraltar. A África

do Sul, assim como Israel, tinha na Argentina um de seus principais parceiros e um dos poucos países com quem se relacionava abertamente no cenário internacional.

A Líbia possuía muitas divergências político-ideológicas com o país sul americano, mas as causas anti-imperialista, anticolonialista e terceiro mundista, o Movimento dos Não-Alinhados e a rivalidade com a Grã-Bretanha, eram pontos em comum. E, na visão de Gaddafi, isso era mais que suficiente para que se tornassem aliados.

### **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

Em 1982, Argentina e União Soviética mantinham relações diplomáticas principalmente a nível econômico e comercial, contudo outros setores não eram desenvolvidos devido às divergências ideológicas e ao alinhamento da junta militar que governava o país americano aos Estados Unidos. Quando da aprovação da Resolução 502 no Conselho de Segurança da ONU, a URSS se absteve, o que, de acordo com um cabo diplomático do Ministério de Relações Exteriores brasileiro de 5 de abril de 1982, causou certa surpresa aos argentinos, que esperavam apoio pelo argumento anticolonialista apresentado pelos sul americanos e devido à importância da parceria econômica e comercial entre os dois países. No entanto, isso não parece ter sido suficiente para superar as diferenças então existentes em outras áreas e a surpresa causada pela ação argentina de 2 de abril.

A URSS monitorou os movimentos do Reino Unido desde o princípio do conflito. Satélites, navios e aviões espionaram as embarcações britânicas desde sua reunião antes de zarparem rumo ao sul, até seu deslocamento final pelo Atlântico. Os britânicos chegaram a crer que os soviéticos estavam repassando informações aos argentinos, mas ao menos nas primeiras semanas, a Argentina contava apenas com seus próprios meios de inteligência (WEST, 1998).

A dificuldade em conseguir material bélico levou os argentinos a entabular conversações com a União Soviética, que só não fluíram por questões de método. A Argentina não desejava que seu contato com os soviéticos fosse de conhecimento público, tanto para evitar desgastes com países como os Estados Unidos, que ainda consideravam um aliado, quanto para que não houvesse rupturas internas no meio militar, onde alguns poderiam demonstrar sentimentos de insatisfação e repúdio por seu governo negociar com um Estado socialista (MORALES DE NAVA, 2012).

A junta militar decidiu que os acordos entre os dois países deveriam ser negociados e colocados em prática através de empresas privadas, mas como Moscou não tinha experiência com essa forma de contato, as conversas não avançaram. O único auxílio de grande utilidade prestado pelos soviéticos aos argentinos, talvez tenha sido alguns dados e imagens de satélite que indicavam as posições das forças britânicas (MORALES DE NAVA, 2012).

Todavia, Isidoro Gilbert, correspondente em Buenos Aires da agência de notícias soviética TASS em 1982, confidenciou no dia 22 de junho daquele ano a um funcionário da embaixada brasileira na capital argentina que eram infundadas as informações sobre o fornecimento de imagens de satélite por parte dos soviéticos aos argentinos. Isso é reforçado por West (1998), que afirma que as imagens do satélite Cosmos, solicitadas pelo governo argentino, foram negadas devido ao temor soviético de que a ajuda fosse facilmente descoberta. Gilbert também negou que técnicos da União Soviética foram enviados para instalar radares no sul da Argentina durante o conflito. Os soviéticos não desejavam se envolver diretamente no conflito.



A União Soviética se viu em uma situação singular. Apoiar a Argentina era uma grande oportunidade para atingir o principal aliado dos Estados Unidos e aumentar sua influência sobre a América Latina. Todavia, era contraditório dar suporte a um governo anticomunista que perseguia, torturava, sequestrava e assassinava militantes de esquerda. A lógica da Guerra Fria e as dificuldades de transmissão de informações entre argentinos e soviéticos, fizeram com que essa ajuda não se concretizasse.

## **República Federativa do Brasil**

O Brasil prestou apoio diplomático à Argentina na ONU, OEA e TIAR, sendo coerente com sua história diplomática a respeito das Malvinas, pois desde 1833 deu apoio à causa argentina. Permitiu o uso de seu espaço aéreo por aviões civis argentinos que estavam em missões secretas de transporte de armas e equipamentos (MORALES DE NAVA, 2012; GAMBÁ, FREEDMAN, 2012; SÁNCHEZ, 2012). Além disso, cedeu aviões de patrulha oceânica e guerra antissubmarina à Armada Argentina como informado pelo Comodoro Roberto Briend em entrevista ao autor\* e afirmado por Nigel West (1998) em sua obra *The Secret War for the Falklands: The SAS, MI6, and the war Whitehall nearly lost*.

Conforme relatado em telegramas do Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Brasil, no dia 5 de abril de 1982, a República Argentina requisitou à representação diplomática brasileira em Londres que a partir daquela data, representasse e protegesse os interesses argentinos em território britânico. Após consultar a embaixada britânica em Brasília e ser informado de que não havia qualquer objeção por parte do governo britânico, o Brasil aceitou a tarefa.

Outra informação encontrada nos arquivos do Itamaraty, é que no dia 26 de maio de 1982, a Argentina teve aprovado pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores um pedido de importação de “armas, munições, explosivos e mercadorias semelhantes de uso bélico ou civil”, produtos integrantes da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM) do Brasil.

Houve ainda dois casos envolvendo a aviação brasileira. O primeiro foi o quase abatimento sobre o oceano Atlântico, de um avião *DC-10* da empresa aérea civil VARIG, por um *Sea Harrier* que decolou do porta-aviões *HMS Hermes*. O caça britânico havia recebido a missão de encontrar e abater um *Boeing 707* da Força Aérea Argentina que há alguns dias observava os movimentos da força-tarefa naval do Reino Unido que se dirigia às Malvinas. O incidente só não aconteceu porque vinte segundos antes que os mísseis fossem disparados, o *HMS Hermes* foi informado que o alvo era, na verdade, um avião brasileiro de carreira, que fazia a rota entre Durban, África do Sul, e Rio de Janeiro, Brasil. O *Sea Harrier* fez a identificação visual e confirmou a informação, abortando em seguida a missão (WEST, 1998).

A segunda história é sobre o avião bombardeiro britânico Avro Vulcan, que por problemas técnicos em seu sistema de reabastecimento no retorno de uma missão de bombardeio ao aeroporto de Puerto Argentino, foi obrigado a seguir para o aeroporto mais próximo. A aeronave se encontrava no meio do oceano Atlântico, a caminho da ilha de Ascensão, quando não conseguiu completar o procedimento de reabastecimento aéreo (REVISTA DA FORÇA AÉREA, 2007-2008).

---

\* Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2013 na *Escuela de Aviación Militar*, Córdoba, Argentina. Ver Apêndice.

A opção de pouso mais próxima era na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, para onde seguiu. Assim que entrou no espaço aéreo, foi interceptado por dois caças da Força Aérea Brasileira (FAB) e obrigado a pousar no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, aonde chegou a ficar retido por cerca de oito dias, sendo liberado em 11 de junho de 1982 (REVISTA DA FORÇA AÉREA, 2007-2008).

O Brasil, que desde sempre tinha se colocado ao lado da Argentina, manteve sua posição e, apesar de alegar neutralidade, prestou ajuda diplomática e material ao país vizinho. Isso foi fundamental para a melhora das relações entre ambos, levando a superação de rixas do passado e possibilitando a construção de parcerias estratégicas.

## **Outros Estados**

### **República Italiana**

Apesar da descrença de políticos e autoridades italianas de que a crise das Malvinas pudesse desencadear um conflito armado entre Argentina e Reino Unido, a imprensa local expressava esse temor. De acordo com telegramas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, oriundos da embaixada em Roma, referentes aos dias 3 e 4 de abril, os jornais faziam um apanhado histórico e relacionavam a questão com a crise político-econômica enfrentada pelo país sul americano, com o interesse sobre as jazidas de petróleo que existem na região – a época a informação ainda não era confirmada – e a postura agressiva da junta militar na política externa, ao relembrar a disputa pelo Canal de Beagle com o Chile e a atuação de efetivos argentinos na América Central em suporte às forças de oposição ao movimento sandinista, que então governava a Nicarágua. Argumentavam que era uma maneira de deslocar a atenção da opinião pública dos problemas internos. Exemplo disso era a suspensão de atos contra o governo militar, programados pelas centrais sindicais argentinas.

Também destacavam o grande apoio dos Estados latino-americanos – a exceção do Chile -, fundamental para que a Argentina construísse uma posição internacional sólida e forte sobre o tema.

Ainda de acordo com a correspondência diplomática do dia 4 de abril, o governo italiano se manifestou condenando a ação armada argentina e conclamando Buenos Aires a abdicar do uso da força e buscar uma solução para a disputa de soberania através dos meios diplomáticos. O texto afirmava que apesar dos laços amistosos que uniam os dois países, a Itália não poderia coadunar com a atitude agressiva dos argentinos.

A postura italiana diante da questão das Malvinas foi dentro do esperado, visto seus laços com o Reino Unido, por também ser um Estado europeu e membro da OTAN e da CEE. Todavia, ao considerar as ligações históricas e culturais entre Itália e Argentina, pode-se notar com certa surpresa o voto italiano favorável ao embargo imposto pela CEE. O mais esperado seria uma abstenção.

### **Nova Zelândia, Comunidade da Austrália e Canadá**

De acordo com telegramas diplomáticos da embaixada brasileira na Austrália, em 5 de abril de 1982, o primeiro ministro da Nova Zelândia, Robert Muldoon, expressou seu apoio ao Reino Unido e repudiou a operação militar conduzida pela Argentina nas Ilhas Malvinas três dias antes. Nesse mesmo dia, o governo neozelandês decidiu romper relações diplomáticas com Buenos Aires.

A Nova Zelândia cedeu ao Reino Unido informações interceptadas pela estação naval *HMNZS Irirangi*, localizada nas proximidades da cidade de Waiouru, que monitorava a América do Sul. O NZSIS, serviço de inteligência neozelandês, também compartilhou seu SIGINT relativo ao continente americano (WEST, 1998).

A Austrália cedeu os serviços de sua agência do ASIS – serviço de inteligência australiano - em Santiago do Chile, enquanto o Canadá repassou aos britânicos informações transmitidas por um cidadão canadense que se encontrava nas Malvinas e havia se comunicado com o seu embaixador em Buenos Aires (WEST, 1998).

Nova Zelândia, Austrália e Canadá, como ex-colônias britânicas ainda fortemente ligadas à Londres, tendo o mesmo chefe de Estado e sendo aliados dos britânicos, não poderiam ter se portado de outra forma. Era previsível que apoiariam e colaborariam de todas as formas possíveis com o Reino Unido.

#### **República da Áustria**

Entre o fim da década de setenta e princípio dos anos oitenta, a Argentina assinou com a Áustria um acordo para o fornecimento de carros de combate *Kurassier*, fabricados pela empresa *Steyr-Daimler-Puch*. Quando eclodiu o conflito das Malvinas, os austríacos se viram obrigados a suspender a entrega de 27 blindados devido a sua legislação que proibia explicitamente a exportação de material bélico para países em estado de guerra, conforme relatado em telegramas diplomáticos da embaixada brasileira em Viena.

A Áustria, que em 1982 não era parte nem da OTAN, nem da CEE, adotou uma postura neutra na questão das Malvinas, contudo foi obrigada a suspender o fornecimento de armas à Argentina simplesmente por respeito à sua legislação.

#### **República Popular da China**

A China, como a União Soviética, foi surpreendida pela Operação Rosário, e acabou por se abster na votação da Resolução 502 no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os chineses mantiveram uma posição neutra durante todo o período de conflito entre o Reino Unido e a Argentina, porém isso não desestimulou os argentinos a tentarem um contato comercial quando passaram a ter dificuldades para comprar armas e equipamentos militares e sua necessidade de aumento de arsenal era cada vez maior.

Nigel West (1998) relata brevemente que a Argentina, em uma tentativa de expandir o raio de ação de suas aeronaves de caça, passou a buscar, de todas as formas, no mercado mundial, tanques de combustíveis de longo alcance. Devido ao embargo imposto pela CEE e às escassas relações diplomáticas com países com maior capacidade tecnológica na área militar, esse equipamento era extremamente difícil de ser encontrado. Quando surgiu um rumor de que haveria um estoque desses tanques disponível para venda na China, a junta militar não pensou duas vezes e permitiu a operação de compra dos mesmos, através de um intermediário. No entanto, o intermediário desapareceu com o pagamento e os tanques nunca foram entregues (WEST, 1998).

A China se manteve neutra e na votação da Resolução 502 no Conselho de Segurança da ONU, o único momento onde poderia agir mais diretamente, se absteve por ter sido surpreendida pela ação argentina. Quanto à negociação envolvendo os tanques de combustíveis de longo alcance para os caças, nada pode comprovar o envolvimento do Estado chinês ou de suas autoridades.

## Conclusão

Os atores apresentados ao longo deste trabalho desempenharam papéis fundamentais para e no desenvolvimento do conflito ou ocupavam uma posição no cenário internacional de relevância para os acontecimentos aqui tratados. A Argentina, que desde o fim do segundo governo de Juan Domingo Perón se posicionou claramente no bloco ocidental, baixo a influência e tutela dos Estados Unidos, viu-se obrigada a buscar e aceitar ajuda de parceiros inusitados e inesperados, como a Líbia e outros Estados membros do Movimento de Países Não-Alinhados.

Isso ocorreu devido ao posicionamento dos Estados Unidos e da maioria dos países europeus da esfera capitalista ao lado do Reino Unido, eliminando quase todos os fornecedores de armas e equipamentos militares com quem a Argentina mantinha acordos. A OTAN deu total suporte aos britânicos e a CEE aprovou um embargo à Argentina. Em consequência disso, a França cancelou o envio do restante das aeronaves de caça *Super Etendard* e dos mísseis antinavio *Exocet*, essenciais para que as Forças Armadas Argentinas pudessem combater seus oponentes britânicos satisfatoriamente no mar. A Itália, depois da Espanha, talvez o país europeu com mais vínculos com a Argentina, votou a favor e cumpriu o embargo, o que gerou grande revolta entre os argentinos. Era algo previsível, visto que dentro da lógica bipolar que vigorava então no cenário internacional, o embate entre os mundos capitalistas e socialistas, o Reino Unido, principal aliado dos EUA e potência europeia, desempenhava um papel mais relevante que a Argentina, um país periférico que, ainda que contribuísse para a manutenção da influência estadunidense na América Latina, não era essencial para isso.

A América Latina, através da OEA e do TIAR, se mostrou favorável à causa argentina de maneira quase unânime. Muito mais do que a simpatia e solidariedade ao país vizinho e ao compromisso de defesa mútua imposto pelo TIAR, esse posicionamento se deveu ao temor dos Estados, especialmente os sul americanos, de que a zona do Atlântico Sul deixasse de ser uma região de paz e que mais países fossem arrastados para o conflito armado. Ainda assim, havia um teor anticolonialista e um sentimento herdado da Doutrina Monroe, contra a presença de forças de um Estado de outro continente na região. O Peru assumiu um papel importantíssimo, se colocando como mediador, através de seu presidente, Belaúnde Terry, e quando as negociações diplomáticas falharam, prestou valioso apoio militar aos argentinos. Outros países da região fizeram o mesmo, com destaque para Brasil, Equador, Panamá e Venezuela.

Em contrapartida, o Chile, pelas tensões e a histórica rivalidade com a Argentina, agiu na contramão. Declarou-se neutro, mas na prática se mostrou, ao lado dos Estados Unidos, como o mais importante aliado da Grã-Bretanha, fornecendo informações de inteligência, permitindo o uso de suas bases por forças britânicas e movimentando suas tropas com o objetivo de impedir que as Forças Armadas Argentinas concentrassem totalmente suas atenções na contenda com o Reino Unido.

A atitude chilena gerou grande rancor entre os argentinos, que viram o colaboracionismo com os britânicos como uma traição. Contudo, isso não foi mais forte que os benefícios trazidos pela mobilização do restante dos países latino-americanos em favor da Argentina, o que contribuiu para um estreitamento dos laços e foi uma das sementes para os movimentos integracionistas na região, especialmente no que diz respeito à América do Sul.

Israel e África do Sul, antigos aliados e parceiros comerciais da Argentina procuraram ajudar Buenos Aires, mas as ligações profundas que ambos mantinham com os Estados Unidos e o Reino Unido, os impediram de ajudar como desejavam um dos poucos países que os apoiava no cenário internacional à época. A Espanha também não conseguiu concretizar sua tentativa de auxílio aos argentinos, quando fracassou o envio de armas via África do Sul. As motivações espanholas tinham a ver com os laços histórico-culturais que mantinham com a Argentina, e também com suas reivindicações sobre o enclave de Gibraltar, ocupado há mais de cem anos pelos britânicos.

A União Soviética e a China foram surpreendidas pela ação argentina e nada puderam fazer no Conselho de Segurança da ONU além de se abster, quando o Reino Unido propôs a Resolução 502. Ambos permaneceram neutros, porém os soviéticos se mostraram, em alguns momentos, relativamente dispostos a colaborar com os argentinos. No entanto, dificuldades e desconhecimento de métodos de comunicação fizeram com que as conversas não evoluíssem.

O Movimento dos Países Não Alinhados, do qual a Argentina era membro desde 1973, seguindo sua ideologia, se colocou favorável aos sul americanos. Os Estados mais ativos foram a Líbia, que enviou quatro aviões carregados de armas à Argentina, e Cuba, que ofereceu ajuda de maneiras diversas, ainda que nenhuma tenha se concretizado, por questões semelhantes às da URSS. Contudo, a proximidade argentina de países como a África do Sul e Israel, e a própria atuação dos argentinos dentro do movimento nos anos anteriores, fez com que muitos países não fossem além de um discurso de solidariedade. A presença de um número considerável de ex-colônias britânicas também contribuiu para isso.

Austrália, Nova Zelândia e Canadá, como membros da Comunidade de Nações britânica e alguns dos principais aliados do Reino Unido, prestando auxílio da maneira que era possível, se posicionaram imediatamente ao lado dos britânicos e cortaram relações com a Argentina.

A Áustria, que desde o fim da década de setenta mantinha um acordo de fornecimento de carros de combate para a Argentina, apesar de estar neutra, se viu obrigada por sua própria legislação a suspender o acordo, pois não poderia enviar material bélico a zonas de conflito.

A ONU, juntamente com os Estados Unidos e o Peru, envidou esforços para que fosse possível encontrar uma saída pacífica para a crise, que fosse digna e honrosa para ambas as partes. Todavia, o desinteresse, a intransigência e o triunfalismo de argentinos e britânicos, acabaram por minar as negociações de paz.

Durante o período do conflito, a política externa argentina passou por grandes transformações, se vendo obrigada a negociar com Estados que encarava como oponentes ou que não tinha afinidade e não tratava com igualdade, já que, devido às circunstâncias, acabaram por se tornar seus melhores e mais confiáveis aliados. O embargo imposto pela CEE, o posicionamento estadunidense favorável ao Reino Unido e a influência desses países sobre outros possíveis parceiros e aliados argentinos, como Israel e a África do Sul, deixaram claro os riscos e problemas por não se ter fornecedores de equipamentos militares diversificados. Logo após o fim do conflito, falou-se em aumentar a variedade dos armamentos argentinos e de seus locais de origem, mas a ideia não seguiu adiante.

Se a Argentina e Reino Unido tivessem se mostrado mais flexíveis e dispostos ao diálogo, provavelmente o enfrentamento armado poderia ser evitado. E caso os argentinos não fossem tão dependentes de parceiros ocidentais – principalmente dos Estados Unidos e de países europeus – no âmbito militar, ou se tivessem ousado mais e definitivamente colocado a necessidade de vencer o conflito sobre questões ideológicas e sua aliança com os EUA, estabelecido contatos mais sólidos com outros Estados que se mostraram interessados em colaborar, teriam entrado em combate de maneira mais equilibrada.

Após a derrota não foi dada continuidade aos contatos estabelecidos entre abril e junho de 1982. Isso ocorreu pelo aumento do desgaste e do descrédito do governo militar frente à população argentina e à mentalidade dos governantes que se seguiram, que preferiram buscar a reconciliação e o retorno à esfera de influência dos Estados Unidos, do que manter uma posição independente. As relações diplomáticas argentinas com praticamente todos os Estados foram normalizadas depois do fim das hostilidades. Somente com o Reino Unido que o reestabelecimento de contatos diplomáticos levou mais tempo. A Argentina não abandonou a luta pela recuperação da soberania sobre as Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, mas hoje trava batalhas apenas por meio da diplomacia.

A Argentina ainda arca com as consequências do conflito nos dias atuais. Não conseguem renovar suas armas e equipamentos militares satisfatoriamente, devido a barreiras e entraves impostos pelo Reino Unido; os ilhéus veem a Argentina como uma constante ameaça ao seu modo de vida; não tem mais influência alguma nas ilhas; e a Grã-Bretanha não se dispõe a negociar como insta a Resolução 2065 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, a existência de petróleo nas águas territoriais das Malvinas e sua importância como rota de acesso à Antártida, aumentam ainda mais sua importância estratégica e os motivos para que os britânicos não queiram ceder diante das exigências argentinas. De toda forma, o único caminho verdadeiramente viável nos dias de hoje para que os argentinos atinjam seus anseios é através dos meios políticos e diplomáticos.

## **Bibliografia**

ARQUIVOS DO ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal.

BOSOER, Fabián 1ª ed. 2005 *Generales y Embajadores* (Buenos Aires: Javier Vergara Editor).

GAMBA, Virginia; FREEDMAN, Lawrence. 1ª ed. 2012 *Señales de Guerra : El conflicto de las Islas Malvinas 1982* (Buenos Aires: El Ateneo).

GIBRAN, Daniel K. 2008 *The Falklands War : Britain versus the past in the South Atlantic* (Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, Inc., Publishers).

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. 1984 *The Battle for the Falklands* (New York: Norton).

LORCH, Carlos 2007-2008 “BlackBuck 6: Uma missão de Combate que acabou no Rio de Janeiro!” em *Revista da Força Aérea* (Rio de Janeiro) Ano 13, Nº 49, dezembro-janeiro.

MIDDLEBROOK, Martin. 2009 *Argentine Fight for the Falklands* (Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword Military).

\_\_\_\_\_ 2012 *The Falklands War* (Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword Military).

MORALES DE NAVA, Martín Joaquín. 1ª ed. 2012 *Malvinas : la guerra de los neutrales* (Buenos Aires: Continente).

RATTENBACH, Benjamín 2012 “Comisión de Análisis y Evaluación” em: <<http://seprin.info/wp-content/uploads/2012/02/Informe-Rattenbach.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2015.

SAAVEDRA, Marisol. 2000 “La Argentina, los no alineados y las Malvinas” em *Todo es Historia* (Buenos Aires) N° 395, junio.

SÁNCHEZ, Gonzalo. 1ª ed. 2012 *Malvinas : Los Vuelos Secretos* (Buenos Aires: Planeta).

THE SUNDAY TIMES INSIGHT TEAM. 1ª ed. 1982 *The Falklands War* (Londres: Sphere Books Limited).

WEST, Nigel. 2ª ed. 1998 *The Secret War for the Falklands: The SAS, MI6, and the War Whitehall Nearly Lost* (Londres: Warner Books).

### **Lista de siglas**

ASIS – *Australian Secret Intelligence Service*

CEE – Comunidade Econômica Europeia

COREPER – Comitê de Representantes Permanentes (*Comité des Représentants Permanents*)

DC – *Douglas Commercial*

DIDENA – *Dirección de Inteligencia de la Defensa Nacional* (Órgão de inteligência externa do governo chileno)

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Força Aérea Argentina (*Fuerza Aérea Argentina*)

FAB – Força Aérea Brasileira

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement of Tariffs and Trade*)

HMS – *Her/His Majesty's Ship*

HMNZS – *Her/His Majesty's New Zealand Ship*

INLA – Exército Irlandês de Libertação Nacional (*Irish National Liberation Army*)

MNA – Movimento dos Países Não Alinhados

MRE – Ministério de Relações Exteriores

NZSIS – *New Zealand Security Intelligence Service*

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIRA – Exército Republicano Irlandês Provisório (*Provisional Irish Republican Army*)

PNEMEM – Política Nacional de Exportação de Materiais de Emprego Militar

RAF – Força Aérea Real (*Royal Air Force*)

RFA – *Royal Fleet Auxiliary*

RU – Reino Unido

SIGINT – *Signals intelligence*

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Mútua

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VARIG – Viação Aérea Rio Grandense

## **Apêndice**

**Entrevista 1 – Comodoro Pablo Carballo. Concedida em 13 de fevereiro de 2013, na *Escuela de Aviación Militar, Córdoba, Argentina.***

“[...] Ellos (pilotos peruanos) vinieron a algo. Vinieron a comprometerse. Cuando todo el mundo decía “sí, sí, váyanse” y nadie nos apoyaba, los pilotos peruanos vinieron uno por base y se quedaron para comprometerse. Jamás se subieron ni siquiera a hacer un vuelo por el aeropuerto, ninguno. Ninguno voló, pero vinieron a comprometerse. Estaban de uniformes con nosotros. Él que estaba con nosotros se llamada Portillo Vásquez. Mayor Portillo Vásquez de la gloriosa Fuerza Aérea Peruana [...]”.

**Entrevista 2 – Comodoro Roberto Briend. Concedida em 14 de fevereiro de 2013, na *Escuela de Aviación Militar, Córdoba, Argentina.***

“[...] En Naciones Unidas conocí a uno (piloto peruano) [...] que trajo aviones de Perú. [...] Ellos se ofrecieron a volar, ellos querían volar sus aviones. Argentina no quiso eso para no regionalizar la guerra, porque meter a Perú era... después iba a complicar más las cosas. Estuvieron, los peruanos estuvieron en Comodoro Rivadavia, pero no volaron. Ellos trajeron los aviones en vuelo a la Argentina, los entregaron en Jujuy, y después, bueno, fueron a Comodoro y estuvieron un tiempo ahí, pero nada más [...]”.

“[...] Ustedes (Brasil) nos ayudaron. Ustedes nos dieron un avión de lucha antisubmarina [...] a la Marina [...]. Para patrulla marítima [...]”.